

Percepções e Significados dos Espaços de Montanha: Da Desarticulação Produtiva à Revalorização Eco-Cultural

Gonçalo José Poeta Fernandes
Deptº de Ciências Sociais e da Natureza
ESEG – IPG
goncalopoeta@ipg.pt

Resumo

Os espaços de montanha têm conhecido diferentes significados e percepções em função da sua acessibilidade, exploração, usos e funções. Sendo percebidos como áreas de grandes imposições físicas e de fortes condicionalismos ao desenvolvimento de actividades económicas, especialmente as médias montanhas mediterrânicas, registaram desde meados do século XX uma significativa desarticulação produtiva e social, que se traduziu numa perda de mais de metade da sua população, no abandono das actividades agro-pastoris e no encerramento de numerosas unidades fabris. Esta situação incrementou a marginalização e fragilidade destes espaços, relativamente às áreas urbano-industriais.

A manutenção de um significativo património eco-cultural, a par da valorização das áreas de grande integridade ambiental, leva a que estes espaços sejam alvo de um interesse crescente das comunidades urbanas, nomeadamente para o seu usufruto ao nível do recreio e lazer. Assiste-se, na actualidade, a uma revalorização dos espaços de montanha, cuja fragilidade e especificidade implica a existência de intervenções no sentido do seu ordenamento, por forma à manutenção de *velhos* e *novos* usos e funções.

Percepções e significados dos Espaços de Montanha: Da Desarticulação Produtiva à Revalorização Eco-Cultural

Gonçalo José Poeta Fernandes
Deptº de Ciências Sociais e da Natureza
ESEG – IPG
goncalopoeta@ipg.pt

1. Introdução

A percepção e uso da montanha têm sofrido ao longo do tempo alterações significativas, em virtude do conhecimento dos seus recursos e reservas, da sua acessibilidade e das actividades e funções desenvolvidas. São espaços que simbolicamente estão ligados a aspectos de restrição, quer pelas limitações físicas, quer pelo fraco dinamismo demográfico e exiguidade de desenvolvimento das actividades económicas.

A sua apropriação tem sido realizada de forma diferenciada atendendo à pressão demográfica, exploração económica e conotação social, permanecendo estes espaços envoltos num ambiente de mistério e dureza, face às suas imposições físicas. Os esforços e sacrifícios que a montanha impõe, as grandes limitações de solo e clima, os baixos rendimentos, o isolamento, a escassez de serviços, são factores que contribuíram historicamente para a saída das suas gentes e consequentemente para a desarticulação da sua estrutura sócio-económica. Estes aspectos são agravados quando se localizam em regiões interiores, já elas com graves debilidades estruturais, o que gera processos de migração e de ruptura com o sistema produtivo tradicional, conduzindo para uma situação de crise estrutural, agravada, simultaneamente, pela sua fragilidade.

As actividades primárias foram as mais afectadas, em virtude da debilidade e exiguidade do seu desenvolvimento, contribuindo o seu progressivo desaparecimento para a desestruturação¹ da paisagem.

¹ A manutenção da população e das actividades agro-pecuárias, são necessárias tanto para salvaguardar as tradições e os valores ecoculturais, como para preservar o património natural e travar a erosão MARTIN JIMENEZ; M.I.(1995, pp227).

Neste sentido, têm surgido diversas organizações a nível internacional com o objectivo de valorizar e ordenar estes territórios, que são fundamentais para a humanidade pelos recursos e funções que albergam. A determinação pela FAO de 2002 ser ano internacional da montanha, revela a preocupação crescente com as montanhas, seus recursos e modos de vida específicos.

Com o decorrer dos anos, tem-se verificado que muitas das debilidades se mantêm, em função das características físicas e sócio-económicas destes lugares, pese embora algumas melhorias ao nível da acessibilidade e de criação de infra-estruturas públicas. Contudo, emergem hoje novas vocações que ligadas ao seu património natural e histórico-cultural, tendem a dinamizar estes espaços e a dotá-los de atractividade que possibilitem a manutenção de funções e actividades tradicionais, incremento de população, serviços e promovam a melhoria da qualidade de vida das suas comunidades. Estas vocações estão especialmente orientadas para o turismo, nas suas múltiplas formas e com motivações diferenciadas, que vão da simples contemplação da natureza até aos desportos de aventura. Estas actividades deverão possibilitar a manutenção e valorização dos recursos, edificações e actividades, que constituem um património muitas das vezes singular, sendo este um forte desafio face há já conhecida tendência de degradação que esta actividade imprime na paisagem.

As montanhas constituem na actualidade espaços de excepcional valor ambiental, pela sua riqueza de formas, patentes nas singularidades geomorfológicas, nas marcas glaciares, nas paisagens naturais de espécies pouco comuns e pela integridade dos seus recursos e reservas.

A carta ecológica² das áreas de montanha aponta a necessidade de preservar o património natural e a diversidade cultural destes espaços, reconhecendo que as actividades rurais servem para preservar a vida da montanha e defende uma verdadeira política de ordenamento e promoção destas zonas. O capítulo 13 da Agenda 21 constitui um documento de referência para a protecção dos espaços de montanha face ao reconhecimento da sua especificidade, importância ambiental e vulnerabilidade, face às suas características ecoculturais e ameaças das áreas urbanas e industriais.

² Esta Carta foi adoptada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 21 de Maio de 1976.

2. Percepções e significado dos Espaços de Montanha

As regiões de montanha foram percebidas ao longo do tempo de forma distinta em virtude do conhecimento e do grau de apropriação que se foi tendo destes espaços, dando-lhes significado e conotações diferentes e atribuindo-lhes simbologias que a associam quer a espaço de dureza e de fortes condicionalismos naturais, quer de fantasia e transcendência.

Percebida de início como um espaço de profunda restrição e fraca acessibilidade às actividades humanas, em virtude essencialmente dos seus condicionalismos físicos, tem vindo a conhecer ao longo do tempo novos cenários e apropriações onde se continuam a misturar traços de uma ocupação e usos arcaicos, com inovadoras funções e actividades. (FERNANDES, G:1999). Neste sentido podemos sumariamente estabelecer diversas fases ou etapas da sua percepção e uso ao longo do tempo, como espaço de:

- *Profundas restrições e mistério* - Período de uma visão mítica e sobrenatural, associada ao desconhecimento destes espaços, à sua impenetrabilidade física, isolamento e à dimensão dos processos climáticos e geológicos existentes. Prevaleceu até ao século XVIII, face à reduzida exploração e acessibilidade a estes lugares;

- *Conquista e desafio* - Incremento da acessibilidade e alargamento do conhecimento destes espaços, a par com a exploração dos seus recursos naturais e usufruto pelas classes sociais mais privilegiadas. Período de grande actividade científica sobre estes territórios que permitiu esclarecer a sua dimensão e a interacção dos elementos físicos que os estruturam. Desenrolou-se de finais do século XIII ao XIX, mercê do alargamento das vias de acesso e conhecimento dos recursos naturais;

- *Refúgio e exploração* - Áreas refúgio pela imensidão de espaços marcadamente naturais, que albergam grande diversidade de espécies e apresentam uma significativa integridade dos recursos naturais. A abundância e qualidade das suas águas, flora e subsolo impulsionaram o desenvolvimento de locais de exploração e de fixação da população, durante os finais do século XIX e primeiras décadas do século XX;

- *Declínio e marginalização* - Em resultado da migração da sua população e desarticulação das actividades tradicionais, ligadas aos sistemas agro-silvo-pastoril e industrial, originando uma ruptura e crise no aproveitamento e percepção destes espaços, bem como nos equilíbrios estabelecidos. Verificou-se um incremento das práticas turísticas e de equipamentos de apoio, especialmente a partir da segunda metade do século XX ;

- *Valorização e preservação* - Pelo crescente interesse e valorização de espaços de grande integridade eco-cultural, originando a necessidade da criação de instrumentos de protecção, face à sua procura crescente pelas habitantes das áreas urbanas, especialmente para actividades de recreio e lazer e pela vulnerabilidade dos seus elementos. Esta orientação toma significado a partir da década de 70, face à crescente valorização eco-cultural destes territórios

Estas várias percepções estão ainda hoje patentes na montanha, condicionando e estruturando a sua paisagem, levando esta coexistência à criação de atractivos diversos, uns relacionados com o continuar de actividades e processos tradicionais, outros na sua procura para recreio e lazer, a que este espaço se vê alargado pelos seus recursos naturais e histórico-culturais, originando novas configurações da paisagem.

Estas áreas pela sua individualização no espaço, face aos seus atributos morfológicos, onde impera o contraste de altitude com as áreas baixas, tiveram um papel de destaque na organização e dinâmica do espaço, quer pela sua atracção à conquista do mais alto, que importunou o homem desde sempre, à sua importância estratégica como local de amplas visões (primordial para a defesa do território), ao aproveitamento e exploração dos seus recursos e reservas.

A altitude é sem dúvida a característica que lhe induz os seus traços mais característicos quer do ponto de vista físico quer humano, estabelecendo as diferenciações de uso e a sua percepção na paisagem.

Ao nível económico destacam-se as actividades ligadas ao sector primário que assenta numa agricultura de subsistência, limitada nas espécies e praticada de forma extensiva. Esta agricultura caracteriza-se pelo aproveitamento de pequenos espaços, que na

encosta da montanha aparecem como pequenos patamares que resultam ou da interrupção do declive da vertente ou da criação pelo homem. Estes espaços vão-se rarefazendo quer em número quer em dimensão à medida que nos afastamos das áreas mais baixas, isto é em direcção ao cimo da montanha. A máquina está praticamente ausente, em virtude das características geomorfológicas e das condições climáticas que impõem um modelo produtivo tradicional e arcaizante. A actividade de pastoreio é bastante significativa, continuando a apresentar-se como imagem de marca destes espaços e a forma mais rentável das actividades ligadas a este sector. Estas actividades e as próprias limitações físicas que as condicionam, levam à existência de um sistema de relações e intercâmbios, com as áreas baixas, de uma forma consolidada e mesmo secular, quando temos em consideração a transumância, o que leva a caracterizar a montanha, em simultâneo, como espaço de trânsito e de uso temporal, diversificado na mesma proporção da diversidade oferecida pelas condições ecológicas.

Para além da ocupação agrícola, verifica-se a existência de actividades industriais, assentes basicamente na transformação dos recursos da montanha, com destaque para os têxteis, madeiras e alimentação, sendo na sua maioria unidades de pequena dimensão, baixo nível tecnológico e gestão familiar, tendo muitas delas uma expressão artesanal.

O povoamento apresenta-se pouco disseminado e seguindo alinhamentos específicos, definidos pelo sopé das montanhas e vales dos principais cursos de água. Estes vales constituem os canais de ligação e articulação preferencial, entre espaços de montanha e áreas baixas, representando pela sua riqueza as áreas de maior ocupação humana. É este povoamento que, sendo resultado dos condicionalismos físicos, estrutura as actividades económicas presentes nestes espaços.

A influência do relevo, essencialmente da altitude implica de forma directa uma alteração no conjunto dos elementos físicos, de que se destaca a diminuição da temperatura, o aumento significativo da precipitação, que se revela em forma de neve nas áreas mais elevadas durante grande parte do período invernal. É desta conjugação que resultam reproduções concretas e vincadas na paisagem, embora com situações bem diferenciadas em função do tipo e intensidade dos elementos, que se traduzem por

ecotopos³, como refere GARCIA FERNANDEZ, J.(1991), revelando paisagens e formas de apropriação distintas no espaço, quer pelos elementos ecológicos quer pelo próprio homem.

Para além destes aspectos, há a ter em consideração a exposição da montanha ao sol e ao vento, facto que lhe imprime características próprias, bem como respectivas designações. Assim, as vertentes consoante a exposição solar podem considerar-se soalheiras ou umbrias, com significativas repercussões ecológicas patentes na densidade de vegetação e número de espécies que alberga, bem como nas formas de uso e ocupação do solo. Existem dentro deste mesmo conjunto, vales que pela sua profundidade, apresentam fundos mais frios que as próprias vertentes e outros que pelo seu resguardo, têm temperaturas mais amenas tanto de verão como de Inverno. Existe assim, uma diferenciação térmica de lugar para lugar que de alguma forma contraria os conceitos físicos genericamente aceites.

A vida na montanha organiza-se em patamares diferenciados, em função das condições bioclimáticas, que de forma complementar e diversificada permite alargar e dispersar as parcelas de cultivo em função da altitude, exposição solar, natureza do solo e duração dos ciclos vegetativos. A descontinuidade, a pluriactividade e a mobilidade constituem mecanismos de organização, controlo do território e exploração dos recursos, no quadro do sistema agro-silvo-pastoril. A utilização de grande variedade de meios, afim de diversificar as produções, constitui a forma de compensar a variabilidade climática e minimizar os riscos naturais. Neste âmbito a vida na montanha é marcada por ritmos sazonais particulares que deixa as comunidades desocupadas em parte do ano, não sendo a agricultura e pastorícia geralmente suficientes para assegurar a subsistência das unidades familiares. Estes constrangimentos implicam um fenómeno comum á maioria das sociedades de montanha, que se traduz na pluriactividade e nas migrações temporárias de trabalho, que originam um desequilíbrio territorial e simultaneamente uma abertura a novas dinâmicas económicas e sociais.

A oposição e interacção entre alto e baixo são uma constante destas comunidades, sobre as quais se estabelecem os fluxos populacionais, as culturas e modos de vida de forma

³ Unidades espaciais diferenciadas com dimensão e singularidade em função da intensidade dos elementos combinados, ou do elemento que lhe dá expressão

interdependente e complementar. Para além da articulação e organização vertical do território, existem outras formas ligadas às dinâmicas económicas e/ou políticas. Estas provocam, por si mesmas, a ruptura de equilíbrios antigos e tendem a substituir uma economia agrária tradicional em crise, por novas actividades e lógicas espaciais SACAREAU, I. (2003). Neste sentido as escalas de gestão ancestrais de vertente, vale ou maciço desarticulam-se sendo obrigadas a organizar o seu sistema a uma outra escala, regional, nacional e internacional, muitas das vezes desfasadas da especificidade do geosistema montanhoso, mas de acordo com os interesses e as exigências do sistema económico das áreas urbano-industriais, das quais a montanha está dependente.

3. A Desarticulação Produtiva

As montanhas apresentam-se na actualidade como sistemas naturais e sociais desarticulados e desequilibrados, em virtude dos processos de apropriação e uso dos agentes económicos e da crescente pressão e submissão pelas áreas urbanas. O isolamento físico, a falta de comunicações e a marginalização, foram durante décadas os aspectos mais evidentes destas regiões. O desenvolvimento de vias de comunicação e outros meios de relação social contribuíram para anular esses condicionalismos, mas também para evidenciar as desigualdades entre os meios de vida, com os espaços urbanos, e recalcarem o sentimento de inferioridade CABERO DIEGUEZ, V. (1980).

Estes espaços, apesar de registarem um acréscimo de infra-estruturas de comunicação, energia, equipamentos colectivos e alojamento turístico, revelam acentuadas marcas de arcaísmo, onde a dureza das actividades, face às condições físicas (relevo acidentado, fortes declives, possibilidades agro-pastoris débeis e descontínuas e duras imposições climáticas) implicam uma organização do espaço e dos seus modos de vida para a subsistência. Estes elementos impõem um trabalho pouco produtivo, penoso, irregular e de baixa rentabilidade que têm contribuído para a saída de grandes contingentes de população e desarticulação da estrutura sócio-económica tradicional, alicerçada ao sistema agro-silvo-pastoril. Os espaços agrícolas vão sendo abandonados, ao ritmo do êxodo rural, progredindo assim os terrenos incultos e a florestação. A indústria, baseada

nos sectores tradicionais, com destaque para o têxtil e madeira, vê a sua estrutura desmoronar-se e com ela o agravamento das condições sociais. Assim, a montanha mediterrânica assiste à sua desarticulação sócio económica com repercussões ao nível ambiental e territorial, agravados pelo surgimento de novas funções para as quais não estava devidamente preparada e estruturada, ponde em risco alguns dos seus aspectos mais genuínos ligado à natureza e património cultural. Esta situação traduz-se numa sub-utilização dos meios e recursos da montanha, na substituição e alteração dos modos de vida e em novas formas de ocupação e uso do solo.

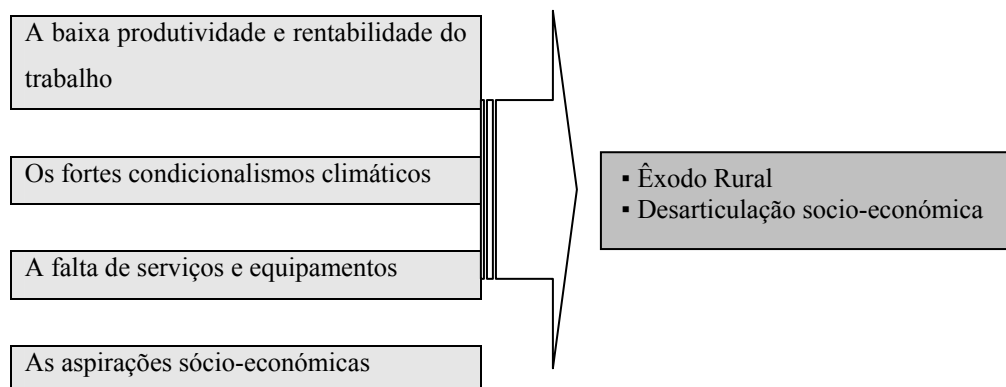


Figura 1 - Factores penalizadores do desenvolvimento das áreas de montanha

As montanhas mediterrânicas verificaram nas últimas décadas um crescente incremento da sua procura para práticas de lazer e recreio, associadas às suas potencialidades naturais e culturais, que têm sido fortalecidas pela integridade dos seus recursos. Na actualidade, os espaços montanhosos, especialmente os compostos por elementos de alto valor natural, paisagístico e ecocultural, são alvos de procura turística que implicam novas formas de estruturação do território, aspecto pouco considerado nas planificações turísticas como ambientais.



Figura 2 – Factores de desarticulação sócio-económica da montanha

A actividade turística surge, actualmente, como elemento chave do desenvolvimento destes espaços. Do ponto de vista económico, os benefícios esperados são o aumento dos empregos para os residentes locais, o aumento das receitas das actividades relacionadas com o turismo, o estímulo ao aparecimento de novas empresas turísticas, promovendo e diversificando a economia local, o encorajamento à produção de bens e produtos locais, a melhoria da oferta de serviços e equipamentos. Os benefícios poderão passar também pela promoção estética, espiritual e de outros valores relacionados com o bem-estar, apoiar a educação ambiental para visitantes e locais, encorajar o desenvolvimento e valorização da cultura. Do ponto de vista ambiental as repercussões que este sector pode imprimir poderão ser nefastas se não forem acauteladas por um ordenamento correcto dos usos e funções a desenvolver. São já visíveis em determinadas áreas uma certa massificação em algumas épocas do ano, tipos e densidades de construções e no desenvolvimento de actividades pouco ajustadas às condições ambientais existentes, que tendem a descaracterizar a paisagem e por em causa a integridade e valor ecocultural destes espaços.

4. Revalorização Ecocultural

A crescente valorização dos espaços de grande integridade natural e detentores de um assinalável património ecocultural, leva a que as áreas de montanha, que constituem os ecossistemas mais bem conservados do continente europeu, conheçam nas últimas décadas um incremento da sua procura com motivações e interesses ligados às actividades de recreio e lazer.

Na realidade, assistimos nas últimas três décadas a passagem destes espaços de marginais a protegidos e valorizados, em virtude dos seus recursos, da sua integridade e do património que encerram. Na actualidade, coloca-se um crescendo de preocupações no aproveitamento e gestão destas áreas, face à fragilidade que apresentam e aos novos desafios e cenários que se desenham, em virtude das suas funcionalidades e utilizadores. São espaços geradores de conflitos, pelas diferentes orientações ou interesses de gestão e uso, resultantes internamente pelos agentes interlocutores e população e externamente pelas políticas sectoriais esboçadas e potenciais consumidores. Sendo territórios económicos e demograficamente deprimidos, apresentam um potencial paisagístico e ambiental capaz de fomentar o desenvolvimento, assente em princípios de sustentabilidade e com condições para alimentar uma actividade tão dinâmica como é o turismo. Apesar dos impactos que esta actividade pode imprimir sobre o ambiente, decorrentes essencialmente de alguma massificação, que já hoje se faz sentir, em determinados períodos do ano, a sua capacidade como factor revitalizador da economia local e regional terá de ser potenciada, em virtude da multiplicação das motivações e interesses dos seus usufrutuários, que percebem estes territórios como guardiães dos valores naturais e de grande integridade cultural.

Há também a referir o valor didáctico destes espaços, nomeadamente pela análise, a interpretação e o relacionamento integrado dos seus diversos elementos, que constitui um processo fundamental de educação, pela sensibilização à importância do acto de observar, como também pela valorização dos conteúdos eco-culturais presentes. A paisagem revela-se assim, um veículo para a assimilação e relacionamento de conteúdos de âmbito físico e humano, propiciando a criação de uma conduta responsável de preservação e valorização dos elementos ecológicos e estéticos.

Conclusão

As regiões de montanha têm conhecido uma evolução complexa, quer nas formas de uso e ocupação, quer na sua percepção. A desarticulação da sua estrutura sócio-económico, especialmente a partir de meados do século XX, origina a sua marginalização e descaracterização, face ao abandono de muitos modos de vida específicos destas regiões. Actualmente, estes espaços vêm-se revalorizados pelo seu potencial eco-cultural, tornando-se atractivos ao nível paisagístico, ambiental e histórico-cultural.

O incremento das actividades turísticas, que acarretam novos investidores, utilizadores e usos, surge como um grande desafio para estas regiões que vêm nesta actividade um factor determinante de desenvolvimento, mas também um grande desafio face as implicações económicas e territoriais que promovem.

Torna-se necessário o desenvolvimento de iniciativas que possam dar a conhecer as diversas potencialidades das regiões de montanha, promovam o seu espaço, a sua cultura, economia, reconheçam os seus problemas estruturais e apelem para uma visão atenta, cuidada, de valorização e cooperação específica com estes locais

Os agentes públicos, têm responsabilidade acrescida no uso, ocupação e promoção destas áreas, de forma à sua utilização racional e sustentável, como verdadeiros reservatórios eco-culturais, através um modelo de desenvolvimento que reconheça os seus problemas e especificidades.

Bibliografia

BARRY, S. - “A Note on the Ecological Economics of Sustainable development”, in *Sociedade e Território*, nº18, Junho de 1993.

BROC, N. – “ Le milieu montagnard : naissance d’un concept , *Revue de Geographie Alpine*, nº 2-3-4, pp 125-153, Grenoble, 1984

BROGGIO, C. – “Les enjeux d’une politique montagne pour l’Europe », *Revue de Geographie Alpine*, nº 4, pp 27-41, Grenoble, 1992

CABERO DIEGUEZ, V. - “La despoblacion de las areas de montaña en españa y la transformacion del habitat. El ejemplo de las montañas galaico-leonesas (Sanabria y la Cabrera)”, *Supervivência de la*

montaña, *actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*, Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

CABERO DIEGUEZ, V. - *Espacio agrário e economia de subsistência en las montañas Galaico-Leonesas: La Cabrera*, Universidade de Salamanca, 1980.

CALDAS, J. E MOREIRA, M. – “Quelle perspective pour les agricultures dans les zones de montagne du Portugal”, *Revue de Géographie Alpine*, nº 4, pp 117-127, Grenoble, 1992

CHAMUSSY, H. - “A propos de la spécificité des espaces de montagne” in *Revue de Géographie Alpine*, LXXVII,1-2-3, pp279-291, 1989.

COMMISSION EUROPÉENNE – *Une politique pour les Zones de Montagne*, Comité Economique et Social, CES 461/86, Bruxelles, 1988.

DIRY, J.- “Moyennes montagnes d’Europe occidentale et dynamiques rurales”, *Revue de Géographie Alpine*, nº 3, pp 27-41, Grenoble, 1995.

DRAIN M. - “Les enjeux de l’eau dans les montagnes de la péninsule Ibérique”, *Moyennes Montagnes Européennes. Nouvelles fonctions, nouvelles gestions de l’espace rural*, CERAMAC, Université Blaise Pascal, Clermont-Ferrand, 1999.

EAGLES, Paul, McCOOL, Stephen & HAYNES, Christopher (2002) – *Sustainable tourism in protected areas. Guidelines for planning and management*, IUCN, UK.

FERNANDES, G.P. – “Turismo em Regiões de Montanha: dimensão significado e perspectivas para a Serra da Estrela” *Beira Interior Região de Fronteira: Actualidades e Perspectivas*, UBI, Covilhã, 1998.

FERNANDES, G.P. - A dinâmica do espaço montanhoso e o seu potencial turístico: Uma avaliação para a Serra da Estrela” *Desenvolvimento Rural: Desafios e Utopias*, CEG, FLUL, Lisboa. 1999.

GARCÍA ALVAREZ, A. - “Delimitación de la montaña y criterios para su ordenación”, in *actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

INSKEEP, E. - *Tourism Planning. Integrated and Sustainable Development Approach*. Van Nostrand Reinhold, New York, 1991.

MARTINEZ DE PISÓN, E.- “Los conceptos y los paisajes de montaña”. *Supervivência de la montaña, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

MARTÍN JIMÉNEZ, M.I. - “Las montañas de Castilla y León en el marco de la política socioestructural de la unión Europea”. *Cambios Regionales a Finales de siglo XX*, AGE, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1995

MORMONT, M. - *Parcs Naturels et Gestion de l’Espace Rural*. Arlon: Fondation Universitaire Luxembourgeoise/Belgique, 1984.

SACAREAU, I. – *La Montagne. Une approche géographique*, Editions BELIN, Paris, 2003.

SIMON, A. – « Fréquentation, aménagement et protection des espaces montagnards voués au tourisme et aux loisirs », *Les montagnes objets géographiques*, Ellipses, Paris, 2001.